

Demonstrações Financeiras

ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

31 de dezembro de 2021 e

31 de dezembro de 2020.

Goiânia – GO, 27 de abril de 2022.

Aos acionistas da

**ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.**

Senhores Acionistas,

A Administração da **ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 28 de março de 2018 de acordo com as leis brasileiras vigentes e tem como objetivo social (I) securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades.

**ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.**

Diretor Presidente  
Gilberto Benedetti

## ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

### Balanco Patrimonial dos Períodos findos em:

(Em Reais)

<b><u>ATIVO</u></b>	<b><u>Notas</u></b>	<b><u>31/12/2021</u></b>	<b><u>31/12/2020</u></b>
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.101.097	4.908.713
Direitos creditórios	6	13.070.634	8.105.225
Impostos a Compensar			30.583
Outros créditos		782.540	604.934
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>14.954.271</b>	<b>13.649.455</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Imobilizado	7	356.013	249.451
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>356.013</b>	<b>249.451</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>15.310.284</b>	<b>13.898.906</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>			
<b>Passivo Circulante</b>			
Obrigações tributárias		17.650	8.058
Outras Obrigações	8	690.234	392.411
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>707.884</b>	<b>400.469</b>
<b>Passivo não Circulante</b>			
Debêntures	9	14.104.922	13.458.509
<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b>14.104.922</b>	<b>13.458.509</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	10		
Capital Social		10.000	10.000
Reserva Legal		2.000	
Reserva de lucros		485.478	29.928
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>497.478</b>	<b>39.928</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>15.310.284</b>	<b>13.898.906</b>

## ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

### Demonstração do Resultado dos períodos findos em:

(Em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Receitas operacionais</b>		<b>2.244.836</b>	<b>1.386.584</b>
Receita de Securitização		1.996.292	1.147.934
Receita de Serviço		248.544	238.650
(-) Deduções da Receita		(118.475)	(74.950)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>2.126.361</b>	<b>1.311.634</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	11		
Despesas gerais e administrativas		(1.693.180)	(1.472.836)
<b>Total das despesas operacionais</b>		<b>(1.693.180)</b>	<b>(1.472.836)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>433.181</b>	<b>(161.202)</b>
Despesas Financeiras	12	(93.324)	(87.984)
Receitas Financeiras	12	303.019	225.170
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>209.695</b>	<b>137.186</b>
<b>Resultado antes das provisões</b>		<b>642.876</b>	<b>(24.016)</b>
(-) Provisão para contribuição social		(55.694)	
(-) Provisão para imposto de renda		(130.707)	
<b>Lucro/(prejuízo) líquido do período</b>		<b>456.475</b>	<b>(24.016)</b>

## ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em: (Em reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>10.000</b>		<b>53.944</b>	<b>63.944</b>
Resultado do Exercício			(24.016)	(24.016)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>10.000</b>		<b>29.928</b>	<b>39.928</b>
Resultado do Exercício			456.475	456.475
Ajuste de exercício anterior			1.075	1.075
Reserva Legal		2.000	(2.000)	-
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>10.000</b>	<b>2.000</b>	<b>485.654</b>	<b>497.478</b>

## ALCCANCI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 30.065.329/0001-00

### Demonstração do Fluxo de Caixa dos períodos findos em:

(Em Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	642.876	(24.016)
Ajustado por:		
Despesas com depreciação	6.960	8.203
Remuneração debêntures	798.485	1.626.883
	<u>1.448.321</u>	<u>1.611.070</u>
<b>(Aumento)/Diminuição das contas ativas</b>		
Direitos creditórios	(4.965.409)	1.992.947
Impostos a compensar	30.583	
Outros créditos	(177.606)	(551.403)
<b>Aumento/(Diminuição) das contas passivas</b>		
Obrigações Tributárias (exceto IRPJ e CSLL)	(1.754)	2.443
Outras Obrigações	278.172	236.903
<b>Caixa usado nas operações</b>	<u>(3.387.693)</u>	<u>3.291.960</u>
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(186.401)	
<b>Caixa proveniente/(usado) nas operações</b>	<u>(3.574.094)</u>	<u>3.291.960</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Imobilizado	(113.522)	(75.681)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<u>(113.522)</u>	<u>(75.681)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Resgate de Debêntures	(120.000)	(580.000)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<u>(120.000)</u>	<u>(580.000)</u>
<b>AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<u>(3.807.616)</u>	<u>2.636.279</u>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do período</b>	<b>4.908.713</b>	<b>2.272.434</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>1.101.097</b>	<b>4.908.713</b>

## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021 COMPARADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.**

---

### **1) CONTEXTO OPERACIONAL**

---

A Alccanci Securitizadora S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, criada em 28 de março de 2018, e tem como objeto social a securitização de quaisquer direitos creditórios; emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; cessão dos direitos creditórios; prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Avenida Anhanguera, número 5.674, Edifício Palácio do Comércio, sala 1006 e 1010, Setor Central, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.043-010.

### **2) RISCOS**

---

#### **2.1 Risco de mercado:**

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

#### **2.2 Política anti-inflacionária:**

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

#### **2.3 Risco institucional:**

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios

agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

#### **2.4 Risco fiscal**

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

#### **2.5 PIS/ COFINS:**

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

#### **2.6 Risco Operacional:**

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

#### **2.7 Direitos Creditórios:**

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um

cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

#### **2.8 Risco de Crédito:**

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

#### **2.9 Inadimplência:**

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

### **3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

#### **Continuidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou

qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

#### **4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

---

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

##### **4.1 Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

##### **4.2 Reconhecimento de receita**

###### **i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

###### **ii. Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente

os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

#### **4.3 Reconhecimento de despesas**

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

#### **4.4 Impostos e contribuições**

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

**4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração**

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

**4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

**4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor

contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 não identificou ajustes a serem contabilizados.

#### **4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios**

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

#### **4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

#### **4.10 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por

consequente, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **4.11 Tributos a compensar**

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

#### **4.12 Informações por segmento**

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

#### **4.13 Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### 4.14 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

### 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

---

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Caixa	10.217	3.102
Bancos conta movimento	1.065.880	4.905.611
Aplicação de Liquidez Imediata	25.000	
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.101.097</b>	<b>4.908.713</b>

### 6) DIREITOS CREDITÓRIOS

---

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Direitos Creditórios a Receber	13.070.634	8.105.225
<b>Total dos Direitos Creditórios a Receber</b>	<b>13.070.634</b>	<b>8.105.225</b>

## 7) IMOBILIZADO

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto do imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual. A conta de “imobilizado” é composta por:

Descrição	Custo de Aquisição	Depreciação/ Amortização	Residual 31/12/21	Residual 31/12/20
Móveis e utensílios	5.745	(954)	4.791	4.934
Imóveis Matriz	100.000		100.000	100.000
Veículos	6.610	(1.542)	5.068	5.398
Computadores e Periféricos	8.337	(3.196)	5.141	5.558
Reforma em compra de sala	28.209	(4.252)	23.957	24.808
Imóveis Filial I	217.056		217.056	108.753
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>365.957</b>	<b>(9.944)</b>	<b>356.013</b>	<b>249.451</b>

## 8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

---

São registrados nessa conta contábil os tributos a pagar pela Companhia. Os valores estão dispostos da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Adiantamento	284.332	390.591
Outras obrigações		1.820
Trustee	374.078	
Depósito não identificado	31.824	
<b>Total de Outras Obrigações</b>	<b>690.234</b>	<b>392.411</b>

## 9) DEBENTURES

---

A Companhia realizou 03 (três) emissões de debêntures até o encerramento do exercício, sendo assim:

- A 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 09 (nove) de abril de 2018, onde foram emitidas 1.000 (mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em série única. As debêntures terão vencimento de 240 (Duzentos e quarenta meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. A base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 30% (trinta por cento).
- A 2ª (segunda) emissão privada de debêntures, em 22 (vinte e dois) de novembro de 2018, onde foram emitidas 1.000 (mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em série única. As debêntures terão vencimento de 240 (Duzentos e quarenta meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. A base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 30% (trinta por cento).

- A 3ª (terceira) emissão privada de debêntures, em 23 (vinte e três) de novembro de 2018, onde foram emitidas 1.000 (mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em série única. As debêntures terão vencimento de 240 (Duzentos e quarenta meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. A base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 30% (trinta por cento).

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
1ª (primeira) emissão	10.000.000	10.000.000
(-) Debêntures a integralizar – 1ª emissão	(7.230.000)	(7.150.000)
Remuneração – 1ª emissão	1.891.824	1.457.274
2ª (segunda) emissão	10.000.000	10.000.000
(-) Debêntures a integralizar – 2ª emissão	(6.200.000)	(6.200.000)
Remuneração – 2ª emissão	2.251.888	2.252.115
2ª (segunda) emissão	10.000.000	10.000.000
(-) Debêntures a integralizar – 3ª emissão	(8.320.000)	(8.100.000)
Remuneração – 3ª emissão	1.711.210	1.199.120
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	<b>14.104.922</b>	<b>13.458.509</b>

## **10) PATRIMONIO LÍQUIDO**

### **Capital Social**

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), representado por 10.000 (Dez mil) ações ordinárias sem valor nominal.

### **Resultado do exercício**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia auferiu um lucro no valor de R\$ 456.475,26 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos).

## 11) RESULTADO OPERACIONAL

---

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

<b>Descrição (em reais)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Receitas operacionais</b>	<b>2.126.361</b>	<b>1.311.634</b>
Receita de Securitização	1.996.292	1.147.934
Receita de Serviços	248.544	238.650
(-) PIS	(16.561)	(10.477)
(-) COFINS	(101.914)	(64.473)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(1.693.180)</b>	<b>(1.472.836)</b>
Despesas operacionais	(1.693.180)	(1.472.836)
<b>Resultado operacional líquido</b>	<b>433.181</b>	<b>(161.202)</b>

## 12) RESULTADO FINANCEIRO

---

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

<b>Descrição (em reais)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>303.019</b>	<b>225.170</b>
Juros de Aplicações Financeiras	1.540	1.807
Juros Ativos	301.479	223.363
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(93.324)</b>	<b>(87.984)</b>
Juros Passivos	(678)	(4)
Multas Passivos	(156)	(48)
Descontos concedidos	(556)	
Despesas Bancárias	(66.198)	(86.894)
Tarifas	(25.736)	(1.038)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>209.695</b>	<b>137.186</b>

## 13) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

---

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios

a receber e debêntures a pagar, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

**Valorização dos instrumentos financeiros:**

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

**Caixa e equivalentes de caixa (nota 5):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

**Direitos Creditórios a receber (nota 6):** os direitos creditórios a receber são avaliados no momento inicial pelo valor de face.

**Debêntures (nota 9):** considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Goiânia – GO, 27 de abril de 2022.

---

Gilberto Benedetti  
Diretor Presidente

---

Alfiery Fellipe Benedetti  
Diretor Vice-Presidente

---

Divina Helena de Souza  
Contadora - CRC/GO – 1070